

Ano 12 | Número 117 | Abril de 2015

Empresa

Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

**Investir em
capital humano
é a maneira certa
de aumentar a
produtividade**

EXCLUSIVO: PRESIDENTE DO SEBRAE ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 5 BILHÕES NESTE ANO

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE

José Paulo Domelles Cairoli (RS)

1º VICE-PRESIDENTE

Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES

Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO

Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR-FINANCEIRO

George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES

Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Rodrigo Paolillo

GERENTE ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DO CBMAE

Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGREGES

Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes
Cynthia Menezes
Maira Valério

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de

Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da

Bahia – FACHEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9º andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e

Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71.200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACIMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Rusowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezebatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 - Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresário brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

O que é determinante para o crescimento econômico

Os economistas brasileiros são unânimes, incluindo os ministros da Fazenda e do Planejamento, no sentido de que é preciso aumentar a produtividade dos trabalhadores para acelerar o crescimento econômico do país.

Sempre atenta à conjuntura, Empresa Brasil traz, nesta edição, um material altamente elucidativo sobre o que se pode considerar como pré-requisito indispensável ao incremento da produtividade, ou seja, o desenvolvimento do capital humano. O trabalhador tem que ter máquina e equipamento e tem que estar apto a usar essas tecnologias. Ou seja, é preciso melhorar a qualidade do capital humano, com educação e investimento em capital.

Os índices de matrícula no ensino médio são baixos, menos de 55% dos adolescentes estão na escola. Isso é um problema, porque as novas tecnologias demandam algum tipo de conhecimento. Imagina uma pessoa sem conhecimento operar uma colheitadeira? Esses equipamentos têm GPS, joystick, é tudo feito por satélite.

O Brasil foi um dos países que mais aumentaram a verba da educação nos últimos anos – em 2000 o percentual em relação ao PIB era de 3,9% e em 2012 foi de 6,4%. Mas os resultados em avaliações internacionais ainda decepcionam. O país segue entre os últimos do ranking no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), exame que mede habilidades de leitura, matemática e ciências, feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No Brasil, a proporção do PIB para a área não fica distante dos países ricos, mas é no gasto médio por aluno que está

a maior distância. O Brasil investe menos de um terço da média dos países da OCDE por estudante. Os Estados Unidos, por exemplo, aplicam cerca de US\$ 8,8 mil por aluno, acima da média anual dos países mais ricos, e mesmo assim estão em 39º lugar no Pisa – segundo especialistas, a falta de currículo único seria uma das razões. O fato é que precisamos melhorar a gestão no setor. A transferência de recursos federais deveria ser atrelada a resultados.

Devido à ineficiência da educação brasileira, não são nada surpreendentes, os resultados da pesquisa Um Panorama da Gestão de Capital Humano no Brasil, da PwC, divulgada em setembro de 2014, a qual apontou que 73% dos executivos indicam a baixa qualificação profissional como uma das tendências de maior impacto para o mercado de trabalho nos próximos anos.

Além da melhor participação do Estado na educação, as empresas privadas também têm a responsabilidade de identificar as necessidades de capacitação de seus colaboradores e desenvolvê-las. Devido à conjuntura adversa, as exigências devem ir além: a organização não deve se ater apenas ao up grade profissional, deve promover também o desenvolvimento integral das pessoas como indivíduos, cidadãos e profissionais, destaca Gustavo Utescher, gerente de projetos da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

O fato é que vivemos somente um intervalo em nosso crescimento, pois o Brasil, segundo a previsão de especialistas, em menos de dois anos deve recuperar o caminho do desenvolvimento. E se as firmas passarem a investir mais em capital humano, isso ajudará a aumentar a produtividade da mão de obra.



*José Paulo Dornelles Cairoli,
presidente da Confederação
das Associações Comerciais
e Empresariais do Brasil*

ÍNDICE



12 TECNOLOGIA



14 FEDERAÇÕES



26 MPES

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes fróes, berlato associadas escritório de comunicação

Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br

Projeto gráfico: Vinicius Kraskin

Diagramação: Kraskin Comunicação

Foto da capa: Seanlockephotography/fotolia.com

Revisão: Flávio Dotti Cesa

Colaboradores: Cynthia Menezes, Maira Valério, Rosângela Garcia e Tagli Padilha

Execução: Editora Matita Perê Ltda.

Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

É preciso aumentar a produtividade dos trabalhadores para acelerar o crescimento econômico do país, e o pré-requisito indispensável é o desenvolvimento do capital humano.

5 PELO BRASIL

Empossada a diretoria da Faciapa para o biênio 2015/2016. Foram reeleitos o presidente Olavo das Neves e o vice-presidente Fábio Lúcio Costa.

8 CAPA

Capital humano, conjunto de competências que torna uma pessoa um membro mais produtivo para a sociedade, está novamente na agenda do empresário.

12 TECNOLOGIA

Governo federal lançou medidas para lidar contra os ataques hackers a empresas e à soberania do país.

14 FEDERAÇÕES

Guido Bresolin, novo presidente da Faciap, promete reforçar integração entre regiões e desenvolver lideranças nas associações comerciais.

17 CONJUNTURA

Expectativa do mercado é de que a inflação neste ano supere o teto da meta de 6,5%.

18 DESTAQUE CACB

Contrabando causa um prejuízo anual de R\$ 100 bilhões ao país.

20 CBMAE

Processus e CACB firmam parceria para levar cultura da conciliação à universidade.

22 PROGERECS

Atuação em rede garante sustentabilidade das associações comerciais.

24 TRABALHO

No Brasil, empreendedor atua sem obrigatoriedade de seguro de vida.

26 MPES

Sebrae vai investir R\$ 5 bilhões em 2015.

28 PAÍS

Falta de consenso na reforma política coloca Constituinte exclusiva como alternativa.

30 LIVROS

Mariana Mazzucato, em *O Estado empreendedor*, defende o papel do Estado como ente fundamental e estratégico no desenvolvimento de grandes avanços tecnológicos.

31 ARTIGO

A importância dos contratos para as PMEs, por Luaci A. Bellon.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL

Aumenta o nível de escolaridade das mulheres no comando de pequenas e microempresas

SEBRAE

Serviço Público de Apoio às Pequenas e Microempresas

CACB propõe encontros empresariais durante as Olimpíadas

O vice-presidente de Assuntos Internacionais da CACB, Sérgio Papini, participou da primeira reunião de 2015 do Conselho Geral da Federação Mundial de Câmaras (WCF – World Chambers Federation), em 5 de março de 2015, no hotel Alvear Palace em Buenos Aires. Membro eleito do conselho mundial até 2016, Papini aproveitou a oportunidade para propor a promoção de encontros empresariais durante as Olimpíadas de 2016, que ocorrem no Brasil. A proposta foi aprovada pelo Conselho.

Em seu discurso, o Presidente da WCF, Peter Mihok, defendeu que “é de vital importância fortalecer as relações internacionais no âmbito das câmaras de comércio, colocá-las em contato com as empresas de todo o mundo, particularmente as PMEs (pequenas e médias empre-



sas), para que troquem as melhores práticas e know-how. A WCF se compromete a reforçar os vínculos entre as entidades para que juntos possamos enfrentar com êxito os problemas que as nações estão passando atualmente”.

Cerca de 30 pessoas participaram da reunião do Conselho Geral da Federação Mundial de Câmaras, em Buenos Aires

Nova diretoria da Faciapa foi eleita para o biênio 2015-2016

Foi empossada a diretoria da Faciapa (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará), em 26 de fevereiro, para o biênio 2015/2016. Foram reeleitos o presidente Olavo das Neves e o vice-presidente Fábio Lúcio Costa, também presidente da ACP (Associação Comercial do Pará). Cerca de 50 presidentes de associações comerciais e empresariais do estado

prestigiaram o evento, além da CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), representada pelo vice-presidente Reginaldo Ferreira.

A Faciapa congrega mais de 70 associações comerciais e há mais de 30 anos defende os interesses da classe empresarial paraense, contribuindo ativamente para o desenvolvimento econômico do estado.



A Faciapa congrega mais de 70 associações comerciais e há mais de 30 anos defende os interesses da classe empresarial paraense

Federaminas é signatária do Pacto de Minas pelas Águas

Vinicius Cardoso/ASCOM deputado Bosco

Diante do agravamento da crise hídrica e de seus efeitos sobre a população consumidora, as entidades do setor produtivo mineiro, reunidas no Fórum das Entidades Empresariais de Minas Gerais, firmaram o Pacto de Minas pelas Águas e buscaram o apoio do governo do estado para o alcance do cumprimento de diversos compromissos.

O pacto propõe, entre outras iniciativas, a busca de ações tecnológicas visando à melhoria dos processos produtivos e apoio à cadeia de fornecedores para alcance da performance hídrica mais adequada. Sugere também o fortalecimento dos órgãos gestores dos recursos hídricos, para que se possa exercer com mais competência a gestão da oferta de água.



O Pacto de Minas pelas Águas pretende identificar o que cada setor pode fazer para contribuir com o uso racional dos recursos hídricos

Aprovado projeto que regulamenta mediação judicial e extrajudicial

O Projeto de Lei que regulamenta a mediação judicial e extrajudicial como forma de solução de conflitos foi aprovado na Câmara dos Deputados em 7 de abril. A proposta permite que, antes de instalar o litígio, o juiz possa remeter o processo à mediação para que o conflito se resolva em um prazo de 60 dias, prorrogáveis caso haja acordo entre as partes. O texto define a mediação como atividade técnica exercida por



pessoa imparcial, sem poder de decisão, que auxilia as partes envolvidas a encontrarem soluções consensuais.

O texto torna obrigatória a tentativa de mediar um conflito antes de

levá-lo ao Poder Judiciário em uma primeira reunião, mas não exige que as partes permaneçam na mediação.

Segundo o relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Sérgio Zveiter, a medida vai ajudar a desafogar o Poder Judiciário e acelerar as decisões sobre os processos. A matéria, agora, retorna para o Senado e, caso seja aprovada, vai à sanção presidencial.

CACB prestigia cerimônia de posse do Conselho Deliberativo do Sebrae

O Sebrae Nacional realizou cerimônia de posse do novo presidente do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) e da nova Diretoria Executiva da instituição para o quadriênio 2015-2018, em 25 de fevereiro, em Brasília. Durante a solenidade, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, foi empossado presidente do CDN. O presidente do Sebrae, Luiz Barretto, e o diretor de Administração

e Finanças, José Claudio dos Santos, foram reconduzidos ao cargo da Diretoria Executiva da instituição, que agora conta também com a diretora-técnica Heloísa Menezes.

Representantes de instituições diversas estiveram presentes na solenidade. O vice-presidente da Micro e Pequena Empresa da CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), Luiz Carlos Furtado Neves, representou a entidade.

Diferença salarial entre homens e mulheres é menor nos pequenos negócios

A diferença salarial entre homens e mulheres nas micro e pequenas empresas brasileiras caiu nos últimos dez anos e é menor que a verificada nas médias e grandes corporações. De acordo com o Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae em parceria com o Dieese, a diferença de salários entre os homens empregados nas empresas de maior porte e as mulheres é de 44,5%. Já nos pequenos negócios, essa diferença cai para 23,5%.

Empresárias de Rio do Sul (SC) visitam CACB

Uma equipe de 16 integrantes do Núcleo de Mulheres Empresárias da Associação Empresarial de Rio do Sul (Acirs) compareceu à sede da CACB para visita técnica junto a Anelise Rambo, analista técnica de projetos do Empreender Competitivo, e Carlos Rezende, coordenador do programa. A reunião, que ocorreu em 6 de março, foi parte de uma ação do Empreender Competitivo. Durante a visita, as empresárias falaram de seus próprios negócios e assistiram à apresentação sobre a CACB, realizada pela analista Anelise.



Empresárias falaram de seus próprios negócios e assistiram à apresentação sobre a CACB



Conjuntura econômica difícil aumenta o desafio da produtividade nas empresas

CAPITAL HUMANO, o pré-requisito da produtividade

Conjunto de competências que torna uma pessoa um membro mais produtivo para a sociedade, o investimento em capital humano está novamente na agenda do empresário

A necessidade de o Brasil aumentar a produtividade como um caminho para o desenvolvimento tem sido uma das frases mais repetidas nos últimos tempos, sobretudo após a eclosão da atual crise econômica.

Essa medida de eficiência do trabalho, entretanto, tem como pré-requisito indispensável o investimento naquilo que se define como capital humano, segundo Naercio Aquino Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (SP). “O capital humano tornou-se relevante para o empresariado justa-

mente pelos seus efeitos sobre a produtividade”, afirma.

Em sua opinião, o Brasil somente irá crescer de forma sustentável se houver aumento da produtividade, o que depende de novas tecnologias. “Para incorporá-las é preciso dispor de mão de obra qualificada. Sem isso, não conseguiremos melhores resultados no desenvolvimento.”

Combinar investimento em máquinas modernas que incorporem tecnologia com força de trabalho educada, além de uma base de empreendedores de novos produtos, está entre os maiores desafios da

empresa nacional, acrescenta o professor. “Temos que desenvolver um ambiente de empreendedorismo com inovação como nos EUA, onde um Steve Jobs [fundador da Apple] desenvolveu produtos que as pessoas nem sabiam que desejavam.”

CUSTOS

A última pesquisa sobre o tema, Um Panorama da Gestão de Capital Humano no Brasil, da PwC, divulgada em setembro de 2014, apontou que 73% dos executivos indicam a baixa qualificação profissional como uma das tendências de maior impacto para o mercado de trabalho nos próximos anos.

As empresas da amostra apresentaram um pequeno crescimento do faturamento por empregado, mas esse avanço não foi suficiente para compensar o aumento dos custos e despesas de maneira geral. Como consequência, o lucro por empregado apresentou uma queda significativa.

Essas duas medidas clássicas de produtividade, nota a publicação, indicam que diante de uma conjuntura econômica difícil aumenta o desafio da produtividade nas empresas brasileiras. Reduzir custos de maneira sustentável e “fazer mais com menos” tornaram-se imperativos para recuperar a rentabilidade, nota a publicação.

Na comparação dos últimos dois anos, o ROI de capital humano – medida que relaciona o retorno por indivíduo por cada real investido em pessoas já descontados os custos de salários – caiu 17%. No mesmo trabalho, foi possível perceber que embora as empresas tenham consegui-



Um colaborador que se sente “cuidado” pela organização gera melhores resultados

do manter relativamente estáveis os custos de pessoal, esse indicador foi fortemente pressionado pela queda generalizada nos lucros. “Isso revela que para reverter este quadro não será suficiente apenas administrar os custos de maneira eficiente. Será preciso também adotar ações em gestão de pessoas que apresentem impacto direto na produtividade e no desempenho dos negócios”, destaca João Lins, da PwC Brasil.

EXIGÊNCIAS

Gustavo Utescher, gerente de projetos da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), agrega que o investimento no desenvolvimento de competências humanas tem se tornado pauta frequente na elaboração do processo de planejamento estratégico. Nessa linha, ele destaca que o treinamento de pessoal é uma prática que vem crescendo cada vez mais.

No ano passado, a FNQ, segundo ele, teve um crescimento de mais de 30% somente em contratações de

Nos últimos dois anos, o ROI de capital humano – medida que relaciona o retorno por indivíduo por cada real investido em pessoas já descontados os custos de salários – caiu 17%

Um colaborador que se sente “cuidado” pela organização, percebendo que ela se preocupa com seu desenvolvimento, gera melhores resultados e contribui de uma forma geral para um bom clima da organização

curso In Company, o que evita custos com passagens e estadias dos executivos selecionados pelas empresas.

Atualmente, de acordo com Utescher, é de responsabilidade de uma organização identificar as necessidades de capacitação de seus colaboradores e desenvolvê-las, o que deve ser estendido à identificação e preparação de sucessão de líderes. Entretanto, observa, devido à conjuntura adversa as exigências vão além: a organização não deve se ater apenas ao up grade profissional, deve promover também o desenvolvimento integral das pessoas como indivíduos, cidadãos e profissionais. “Ocorre que os aspectos comportamentais têm um peso e um grau de importância até mesmo maior que os técnicos.”

Além da necessidade de profissionais multitarefas, que detenham

conhecimento de diversos campos da sua área de atuação, ele cita como imprescindíveis habilidades como relacionamento, agilidade e capacidade para tomada de decisões. “Todas essas características proporcionam um grande diferencial para uma pessoa e para uma organização.”

Certamente um colaborador que se sente “cuidado” pela organização, percebendo que ela se preocupa com seu desenvolvimento, gera melhores resultados e contribui de uma forma geral para um bom clima da organização, acrescenta. “Colaborador feliz e motivado leva uma organização a patamares diferenciados, agregando maior valor a toda sociedade, pois esses conceitos transbordam as barreiras internas de uma organização e passam a fazer parte de sua vida fora da organização”, conclui.

Origem do conceito

Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção.

A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital.

(Verbetes elaborados por Lalo Watanabe Minto)



Educação é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica

Capital Humano no Brasil

Marcel Grillo Balassiano*

No Relatório sobre Capital Humano do Fórum Econômico Mundial (*Human Capital Report / World Economic Forum*), de 2013, há um Índice de Capital Humano (ICH), que se baseia em quatro fatores: educação; saúde e bem estar; emprego/força de trabalho; e ambiente de oportunidade, que leva em conta fatores como o arcabouço legal, a disponibilidade de infraestrutura, entre outros fatores que propiciam retorno sobre o capital humano. O Brasil aparece na posição 57 desse ranking (de um total de 122 países), e nas aberturas o país ocupou o 88º lugar em educação, 49º em saúde e bem-estar da população, 45º quanto à força de trabalho e emprego e em 52º no ambiente econômico e social.

Numa pesquisa do Banco Mundial (*World Bank Enterprise Surveys*), de 2009, um dos itens perguntados sobre obstáculos para fazer negócios é a “proporção das firmas que identificam a baixa escolaridade da força de trabalho como um grande obstáculo”. Para o Brasil, 69,1% dos respondentes desse questionário identificaram isso como uma barreira, quase o dobro da América Latina (35,8%) e maior do que a média de todos os países da amostra (26,9%).



Taxas de escolarização no Brasil vêm aumentando, mas ainda estão abaixo da média dos países da OCDE

Segundo a OCDE, as taxas de escolarização no Brasil vêm aumentando na última década, mas ainda estão abaixo da média dos países da OCDE. Em 2011, 43% dos indivíduos de 25 a 64 anos de idade tinham atingido o Ensino Médio, enquanto nos países da OCDE esse percentual é de 75%. O percentual da população entre 25 e 64 anos que concluiu o Ensino Superior no Brasil (12%) continua abaixo da média dos países da OCDE (32%) e do G20 (26%). Ainda de acordo com os dados da OCDE, as pessoas com ensino superior no Brasil têm maiores chances de estarem empregadas e relação a outros países. E a educação superior também faz uma diferença significativa para o salário, já que adultos na faixa

etária de 25 a 64 anos com Ensino Superior ganham 157% a mais do que aqueles com Ensino Médio no Brasil – para efeitos de comparação, a média dos países da OCDE é de 57%, e o Brasil apresenta o segundo maior ganho salarial entre os países. Ao mesmo tempo, os brasileiros sem o Ensino Médio têm ganhos menores se comparados com aqueles que possuem esse nível de ensino.

Diante desses dados, pode-se verificar que o desenvolvimento em capital humano é uma das principais formas para o Brasil evoluir como país e as pessoas também terem um maior crescimento profissional.

**Economista da FGV-Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)*



Insegurança cibernética é apontada **como risco à economia mundial**

Hackers acompanham novidades tecnológicas e renovam estratégias para cometer crimes contra pessoas e empresas

De acordo com a empresa de segurança G Data, os usuários de dispositivos móveis serão os mais suscetíveis a ataques em 2015. Em 2014, mais de 3,5 milhões de novas modalidades de malware foram criadas por cibercriminosos, sempre atentos ao grande uso desses dispositivos. Segundo pesquisa da IDC (International Data Corporation), quase 1 bilhão de smartphones com o sistema Android foram vendidos em 2014, o que chamou a atenção de hackers.

Malware é a abreviação de um termo que vem do inglês "malicious software", e significa "software malicioso mal-intencionado". A instalação sem consentimento de um software indesejado e com más intenções em um dispositivo eletrônico é um malware, como vírus e cavalos de troia, por exemplo. Os softwares maliciosos que possam ser implantados tanto em computadores quanto dispositivos móveis – chamados de "multi-target" (algo como "alvo múltiplo", em português) – serão utilizados com maior frequência este ano, aposta a G Data.

Especialistas da G Data, representada no Brasil pela FirstSecurity, apontam que a principal ameaça deverá ser a fraude bancária, cometida principalmente contra usuários de dispositivos móveis. A empresa especula também que as fraudes bancárias feitas pela internet estarão ainda mais sofisticadas este ano.

EMPRESAS NA MIRA DE ATAQUES CIBERNÉTICOS

Segundo estudo realizado pela PwC, empresa de network global, o número de ataques cibernéticos nas empresas aumentou 48% no ano passado, comparado a 2013. O percentual corresponde a um aumento de 42,8 milhões de incidentes, o equivalente a 117.339 novos ataques todos os dias. A pesquisa detectou ainda que, embora a preocupação mundial em relação a novas tecnologias tenha aumentado, o cenário ainda é preocupante: a análise das respostas colhidas com 9.600 executivos de 115 países sugere que ainda são utilizados antigos modelos para combater ameaças cada vez mais sofisticadas.

Com a subida da frequência e custos de incidentes relacionados à segurança virtual, o estudo constatou que diversas empresas não apenas não atualizam processos e tecnologias da segurança da informação como também não valorizam como deveriam o treinamento de funcionários. O orçamento médio das empresas pesquisadas para a área de segurança da informação foi de pouco mais que \$ 4 milhões – 4% a menos do que o investido em 2013, de acordo com a pesquisa do ano anterior.

A conclusão do estudo revela que cada vez mais empresas, governos e pessoas estão vulneráveis a invasões cibernéticas que comprometem a economia, segurança, privacidade e até a soberania dos países. A insegurança cibernética foi classificada pelo Fórum Econômico Mundial deste ano, evento que acontece anualmente na Suíça, como um dos cinco piores riscos à economia mundial.

Especialistas apontam que a principal ameaça, neste ano, deverá ser a fraude bancária, cometida principalmente contra usuários de dispositivos móveis

Dicas para um ambiente virtual mais seguro para as empresas:

A segurança é um imperativo dos negócios

Uma estratégia de segurança integrada deve ser parte essencial do modelo de negócios e não apenas um desafio de TI ou um conjunto de ações para proteger o negócio. A segurança deve ser definida com base em riscos e ter um direcionamento de criação de valor.

Ameaças de segurança são riscos de negócio

Os riscos de segurança devem ser vistos como ameaças organizacionais. Portanto, é essencial antecipar essas ameaças, conhecer as vulnerabilidades da organização e ser capaz de identificar e gerenciar os riscos associados. É importante assegurar que fornecedores e parceiros conheçam e concordem em aderir com as políticas e práticas de segurança definidas.

Proteja as informações que realmente importam

Uma segurança eficaz requer a previsão de mudanças e adaptação em um ambiente de ameaças, possibilitando a identificação das informações mais valiosas. É importante saber quem tem acesso a essas informações o tempo todo, bem como alocar e priorizar, de modo competente, recursos da organização em prol da proteção dessas informações.

“Da consciência à ação”

Nesse modelo de segurança da informação, todas as atividades e investimentos devem estar baseados no melhor conhecimento disponível sobre ativos de informação, ameaças e vulnerabilidades do ecossistema e monitoramento de atividades de negócios. É importante que se crie uma cultura de segurança que comece com o compromisso dos principais executivos e se desdobre para todos os funcionários e terceiros. A participação de projetos de colaboração público-privada com outras organizações pode aumentar os conhecimentos sobre ameaças.

Fonte: “Pesquisa Global de Segurança da Informação 2014”, PwC



O governador Beto Richa (E) e o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos (D), prestigiaram a posse de Bresolin

Novo presidente da Faciap promete reforçar integração entre regiões

Fiel ao lema de campanha eleitoral, o empresário Guido Bresolin Júnior também pretende incentivar o desenvolvimento de lideranças nas associações comerciais do Paraná

Foi com o lema “Líderes Sincronizados” que o empresário cascavelense Guido Bresolin Júnior conquistou a presidência da Faciap (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná). Sua principal linha de trabalho será a integração entre regiões e o desenvolvimento de lideranças nas associações comerciais e empresariais. Uma das principais novidades da nova presidência é a formatação do Conselho de Administração, que é composto

por presidentes das principais associações comerciais e empresariais do estado e pelos presidentes das 12 Coordenadorias Regionais.

Na solenidade de posse, ocorrida em 2 de março, em Curitiba (PR), Bresolin ressaltou o objetivo da nova gestão. “Precisamos buscar sincronia e harmonia entre os setores e revisar alguns valores cruciais para o desenvolvimento de nossa sociedade, como a responsabilidade fiscal, a transparência como arma contra a corrupção, a justiça, a ética nas

relações sociais e o respeito aos cidadãos brasileiros.”

O evento atraiu mais de 800 pessoas, além do ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, o governador Beto Richa, a senadora Gleisi Hoffmann, o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Ademar Traiano, secretários de estado, deputados estaduais e federais. A seguir leia os principais trechos de sua entrevista a Empresa Brasil:

De que forma sua experiência progressa pode colaborar na administração da Faciap?

Minha experiência como líder empresarial iniciou-se no movimento das Associações Comerciais, ainda muito jovem fui convidado a integrá-lo. Entre os momentos mais importantes de minha trajetória estão as ocasiões em que assumi as presidências da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) e da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do oeste do Paraná (Caciopar). Esses tempos me possibilitaram crescer, aprendi a me relacionar e a valorizar as pessoas. Servi a essas instituições de modo determinado e fiel, e me orgulho disso.

Quais os principais desafios da nova gestão?

Acompanho a Federação há muitos anos, desde 2004, e cada gestão tem as suas características próprias. A última, por exemplo, do presidente Rainer Zielasko, foi uma gestão de sustentabilidade, com o lançamento de diversos produtos da Faciap. Penso que o desafio maior agora é sincronizar as demandas entre as associações comerciais para o desenvolvimento do nosso estado e do país.

Na sua administração, pretende trocar experiências de alguma forma com outras federações? De que forma isso pode ser feito?

Sem dúvida. O associativismo demonstra que a união faz a força, e a Faciap, sozinha, não tem o poder de promover as mudanças e os avanços de que a sociedade necessita. Estarmos integrados com as Federações, ligados aos mesmos movimentos,

buscando os pontos em comum para serem melhorados é fundamental para o desenvolvimento das nossas comunidades.

Uma das bandeiras levantadas pela Faciap era a Lei Geral. Com a aprovação do Novo Simples, quais as perspectivas para o estado?

A aprovação do Novo Simples foi uma demonstração de que, unidos, conseguimos construir um futuro melhor e remover barreiras. A sua recente aprovação gera maior desenvolvimento, uma vez que desburocratiza e agiliza toda a máquina de produção. Isso vai colaborar muito para que no futuro nós tenhamos outras ações como esta, que realmente venham a melhorar o desempenho do Paraná, que já é superior à taxa de crescimento do país.

A Autoridade de Registro (AR) Faciap é um case de sucesso e está expandindo pontos de atendimento, inclusive, para outros estados. Quais são as perspectivas para este ano?

Alcançamos 100 Pontos de Atendimento dentro e fora do Paraná, em Estados como São Paulo e Pará. Além disso, em 2014, fomos responsáveis por 27,55% das emissões de Certificados Digitais pelo sistema CACB, mantendo a primeira colocação por três anos consecutivos. A perspectiva é de que a Faciap continue desempenhando este papel de apoiar as demais Federações através do desenvolvimento de serviços, liderando estes processos. É preciso que toda Federação tenha sustentabilidade para que seus líderes possam fazer política empresarial a nível estadual e federal.



A Faciap, sozinha, não tem o poder de promover as mudanças e os avanços de que a sociedade necessita. Estarmos integrados com as associações, buscando os pontos em comum para serem melhorados. Isso é fundamental para o desenvolvimento das nossas comunidades

O empresariado está dividido no país. Há diversas representações como a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a Confederação do Comércio, porém o alinhamento das ações precisa ser melhorado

As associações do interior do Paraná, como Toledo e Maringá, são referências no Brasil, em serviços e qualidade de gestão. Como aplicar o mesmo modelo em outras cidades e em todo o Brasil?

Cascavel também é uma referência nestes termos, foi reconhecida pela CACB em 2005, com o prêmio de melhor ACE da região Sul. Participei deste processo de mudança, e por estar diretamente envolvido, acredito que a chave para excelência é o desenvolvimento profissional, aliado a apoio das lideranças empresariais locais, regionais e estaduais.

Quais devem ser as prioridades da agenda empresarial no país?

O empresariado está dividido no país, há diversas representações como a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a Confederação do Comércio, porém o alinhamento das ações precisa ser melhorado. É necessário utilizar a energia dos líderes comunitários, que irmanados por princípios comuns fazem as coisas acontecerem, as cidades melhorarem e o país avançar. Devemos sincronizar esses líderes e afinar as lideranças para o fortalecimento das instituições.

Qual deve ser a posição do meio empresarial no que se refere à racionalização e redução dos gastos públicos?

Em todas as esferas governamentais o custo é elevado. Em muitos serviços de responsabilidade dos governos o setor privado se destaca, sendo em produtividade, rapidez ou

qualidade. A livre associação de pessoas objetivando atender a um serviço público é válida e cada vez mais presente no nosso país. Porém penso que podemos investir mais neste aspecto, apoiar os serviços oferecidos por meio de associações, cooperativas ou iniciativa privada, assim geraríamos maior eficiência e eficácia e reduziríamos o ônus dos governos.

Como o senhor vê a possibilidade de uma reforma tributária? Quais os pontos que o senhor considera mais importantes?

O custo tributário no Brasil é alto. Além disso, é burocrático e onera demais toda a organização produtiva. Cada empresa que se propõe a prestar um serviço sofre com a legislação tributária e trabalhista. É preciso fazer a reforma tributária urgente. É preciso tornar as empresas mais leves, assim como o Estado, para que consigamos propiciar a melhoria da prestação de serviços.

Como a Faciap se posiciona perante as principais dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas? Quais os principais obstáculos?

Não só a Faciap, mas todas as instituições privadas e públicas do país têm feito um trabalho árduo para facilitar a vida do pequeno empreendedor (empreendedor individual e micro empresa). Porém se esquece da pequena e da média empresa. São elas que desenvolvem os profissionais e os produtos que geram a competitividade econômica. Faz-se necessário desburocratizar e desonerar o ambiente empresarial.

ABRIL/2015 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Entrepreneur



Sheila Diab Maluf, ganhadora do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, categoria Pequenos Negócios

EMPREENDEDORISMO

Mulheres destacam-se pelo nível de escolaridade, capacidade de comando, perseverança e determinação



Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

AUMENTA O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES NO COMANDO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Mais da metade das donas de pequenos negócios possuem, no mínimo, o Ensino Médio incompleto

ALESSANDRA PIRES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

A participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro tem elevado o índice de escolaridade dos donos de pequenos negócios. De acordo com o Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 55% das donas de pequenos negócios tinham, pelo menos, iniciado o Ensino Médio. Já entre os homens, esse percentual é de 38,5%. Os dados referem-se a 2012.

A publicação revela também que, na última década, tanto homens quanto

mulheres apresentaram aumento na parcela dos entrevistados com Ensino Médio, mesmo que só iniciados. Mas as mulheres investiram mais tempo nos estudos. Há uma década, 39,3% das mulheres tinham nível de escolaridade semelhante. Entre os homens, essa parcela era de apenas 26,4%. "Enquanto a quantidade de mulheres que possui pelo menos o Ensino Médio cresceu quase 16 pontos percentuais em dez anos, a dos homens cresceu 12 pontos percentuais", destaca o presidente do Sebrae, Luiz Barretto.

Na média geral, homens e mulheres apresentaram, na última década, um incremento de 14% no que se refere ao número de anos de estudos. "As mulheres, que já tinham maior escolaridade, continuaram investindo

na educação durante esse período, o que acabou elevando a média geral", explica Barretto.

As empresárias também procuram mais o curso superior. Atualmente, 18,6% delas já, pelo menos, iniciaram uma faculdade. Entre os homens, esse percentual cai para 12,1%. "As mulheres investem mais na educação, o que é muito positivo para a qualidade do empreendedorismo. Quanto mais o empreendedor se capacita, mais chance de sucesso tem", ressalta o presidente do Sebrae.

"Esse aumento da escolaridade é elemento fundamental para o incremento da produtividade e peça-chave para o crescimento econômico", acrescenta o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. **E**

"AUMENTO DA ESCOLARIDADE É ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE E PEÇA-CHAVE PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO". DIRETOR-TÉCNICO DO DIEESE, CLEMENTE GANZ LÚCIO

DIFERENÇA SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES É MENOR NOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Além da média salarial, a participação feminina no mercado de trabalho também cresceu nos últimos 10 anos

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

A diferença salarial entre homens e mulheres nas micro e pequenas empresas brasileiras caiu nos últimos 10 anos e é menor que a verificada nas médias e grandes corporações. De acordo com o Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae em parceria com o Dieese, a diferença de salários entre os homens e mulheres empregados nas empresas de maior porte é de 44,5%. Já nos pequenos negócios, essa diferença cai para 23,5%.

“Em 10 anos, o número de empregos para mulheres nas micro e pequenas empresas cresceu 93% contra 58% para os homens. E a remuneração média delas avançou 36%, três pontos percentuais acima da média masculina”, observa o presidente do Sebrae, Luiz Barretto. Na última década, a desigualdade de remuneração entre

homens e mulheres caiu três pontos percentuais nas micro e pequenas empresas, ao mesmo tempo que cresceu um pouco mais de um ponto percentual nas médias e grandes.

O mesmo levantamento mostra que, em média, é de 30% a diferença de salário entre mulheres que trabalham para grandes empresas e aquelas empregadas em negócios de menor porte. Enquanto isso, entre os homens, essa disparidade é de 40%.

A participação na massa salarial também seguiu a mesma tendência de crescimento da participação feminina. A soma das remunerações das mulheres nas micro e pequenas empresas aumentou 160%, e a dos homens, 106% (descontada a inflação do período). A mão de obra feminina nas micro e pequenas empresas corresponde a 38,6% do total de empregados e o setor que mais contrata mulheres é o de Comércio, seguido pelo de Serviços. **E**

“A REMUNERAÇÃO MÉDIA DAS MULHERES AVANÇOU 36%, TRÊS PONTOS PERCENTUAIS ACIMA DA MÉDIA MASCULINA.” LUIZ BARRETTO, PRESIDENTE DO SEBRAE

MULHERES DE NEGÓCIOS: HISTÓRIAS QUE INSPIRAM

Sebrae premia nove empresárias que se destacam no empreendedorismo brasileiro

GIZELLA RODRIGUES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Nove mulheres, nove estados do Brasil, nove histórias distintas. Em comum, a garra, a superação e a constante busca por capacitação e melhoria dos negócios. Foi realizada, no dia 5 de março, a cerimônia de premiação das vencedoras nacionais do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, uma iniciativa que, há 11 anos, reconhece histórias de mulheres de sucesso, ajudando a promover o empreendedorismo feminino no país.

O Prêmio Sebrae Mulher de Negócios é realizado em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Federação das Associações de Mulheres de Negócios Profissionais do Brasil (BPW), com apoio técnico da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o que contribuiu para a criação de critérios de gestão que avaliam os negócios apresentados.

Além do troféu e do selo de ganhadora nacional, elas serão contempladas com uma viagem internacional para algum centro referência em empreendedorismo. Entre os bene-

fícios pela participação na iniciativa, as empreendedoras recebem um diagnóstico da empresa, com base nos fundamentos do Modelo de Excelência da Gestão® (MEG).

Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, o prêmio é uma forma de reconhecer o trabalho de mulheres que tiveram a atitude de iniciar uma empresa superando todas as adversidades e o preconceito. “E, mais do que isso, tiveram o compromisso de levar essa empresa adiante, com uma gestão profissional e competente. Essas empreendedoras, com seus exemplos, servem de estímulo para outras tantas mulheres que sonham em abrir uma empresa, mudar de vida e transformar a realidade de suas famílias e da sua comunidade”, ressalta Barretto.

É o caso da vencedora do Troféu Ouro, na categoria MEI. Milena Curado de Barros, 40 anos, que aprendeu a bordar com a avó materna. Das lições surgiram peças de vestuário e decoração criados pela empreendedora. Desde 2007, Milena é proprietária da Cabocla Criações, que fica na cidade de Goiás, a 142km de Goiânia. **E**

Foto: Charles Damasceno



As vencedoras nas três categorias

VENCEDORAS

Pequenos Negócios

Troféu Ouro - Viva Editora e Livraria
– Maceió (AL)

Produtora Rural

Troféu Ouro - Noilde Maria de Jesus
– Brazlândia (DF)

MEI

Troféu Ouro - Milena Curado de Barros
– Cidade de Goiás (GO)

INSCRIÇÕES

As inscrições para a edição 2015 do Prêmio seguem até final de julho e podem ser feitas pelo site www.mulherdenegocios.sebrae.com.br

PREPARAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS PARA O MERCADO EXTERNO, O GRANDE DESAFIO DO SEBRAE

Solenidade marcou a posse de presidente do Conselho Deliberativo e dos membros da Diretoria Executiva do Sebrae Nacional

VINÍCIUS TAVARES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Em solenidade realizada em 25 de fevereiro, em Brasília, foram empossados o presidente do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) para o quadriênio 2015-2018, Robson Braga de Andrade, e a Diretoria Executiva da instituição, formada pelo presidente Luiz Barretto e o diretor de Administração e Finanças, José Claudio dos Santos, que foram reconduzidos ao cargo, além da nova diretora-técnica, Heloísa Menezes.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga reconheceu as dificuldades que os pequenos negócios enfrentam no mercado interno e elegeu como grande desafio do Sebrae preparar as micro e pequenas empresas para exportar seus produtos. "O Sebrae pode dar uma grande contribuição para que o mercado externo não seja visto apenas como uma alternativa para aumentar o faturamento das empresas, mas para que elas se desenvolvam e se tornem mais competitivas", afirmou.

Para o presidente Luiz Barretto, o empreendedor precisa buscar oportunidades e se preparar para elas. O cenário competitivo é igual para todos, mas o que faz a diferença é a gestão das empresas. "Estimular o crescimento dos pequenos negócios é estimular o crescimento do país. E o Sebrae tem esse compromisso há quase 43 anos. O de capacitar o empreendedor, de melhorar a gestão, de promover a inovação e a sustentabilidade. Nessa gestão, nós fizemos um grande debate interno sobre o futuro para entender as reais necessidades dos nossos clientes", disse.

O ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, defendeu a desburocratização dos registros de certidões negativas das empresas e a unificação dos registros de pessoa física. Afif destacou a importância do programa Bem Mais Simples Brasil, proposta da presidente Dilma Rousseff para facilitar a abertura e fechamento de empresas. O sistema já está pronto e até junho estará em operação. **E**

Foto: Flora Egécia



Cerimônia de posse do novo Conselho e da nova diretoria do Sebrae



SEMINÁRIO PROMOVE OFICINAS E PREMIA JOVENS INOVADORES

Conteúdos interativos serão disponibilizados gratuitamente no Portal do Sebrae e na plataforma do Desafio Universitário Empreendedor

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Com o objetivo de promover a educação financeira nos ambientes empresarial e escolar, aconteceu, em março, a 2ª Semana Nacional de Educação Financeira. O seminário, promovido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), com apoio do Sebrae, ocorreu simultaneamente à Global Money Week, evento mundial sobre o tema.

Durante o evento foram realizados talk-shows e oficinas, como "A Importância dos Seguros para as Micro e Pequenas Empresas". Para a gerente-adjunta de Acesso a Mercados e Serviços Financeiros do Sebrae, Patrícia Mayana, os seguros podem garantir a permanência e manutenção das empresas no mercado. "É importante que o empreendedor de pequeno porte faça o seguro para preservar seu negócio de qualquer situação que possa lhe representar prejuízos", explicou.

Durante o seminário, foram anunciados os ganhadores do Prêmio de

Desenvolvimento de Jogos de Educação Financeira, promovido pelo Sebrae Nacional em parceria com o Banco Central. Para desenvolver o aplicativo, os vencedores ganharam prêmio de R\$ 80 mil, além de assinarem um termo de cessão com o Sebrae, para que os jogos sejam disponibilizados gratuitamente no portal da instituição e também da plataforma do Desafio Universitário Empreendedor.

O principal objetivo da premiação foi o de incentivar a evolução e o aumento da oferta dos jogos digitais, que possam contribuir para o aprimoramento da gestão financeira nos pequenos negócios, além da gestão pessoal dos empresários.

Participaram da solenidade os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, além de representantes dos ministérios da Justiça, da Educação, do Banco Central e da Superintendência de Seguros (Susep). **E**

Foto: Charles Damasceno



Ganhadores do Prêmio de Desenvolvimento de Jogos de Educação Financeira

VENCEDORES

Categoria meio urbano:

- 1º "Mercadinho do Seu Biu" – Aline Cesário – Recife (PE)
- 2º "Pizza Delivery" – Otto Lopes e Leonardo Amora – Porto Alegre (RS)
- 3º "Meu Primeiro Negócio" – Maikon Matiello e Jason Scalco Piloti – Bento Gonçalves (RS)
- 4º "Melanpólio" – Gustavo Henrique Pereira Camargo – Goiânia (GO)
- 5º "Meu Estúdio Indie" – Janderson Ális – Porto Alegre (RS)

Categoria meio rural:

- 1º "Colheita de Empreendimentos" – João Rodrigues – Novo Gama (GO)

Inflação ainda sem controle

Expectativa do mercado é de que a inflação neste ano supere o teto da meta de 6,5%; escalada forte da taxa Selic deve prejudicar ainda mais a atividade econômica

Quem faz compras com regularidade no supermercado notou, há muito, que cada vez se compra menos com a mesma quantia em reais. O fato é que a inflação já saiu do controle, embora o país esteja muito longe do ambiente de hiperinflação que antecedeu ao Plano Real em julho de 1994.

Para uma ideia do atual quadro, faz exatamente seis anos que o Banco Central manteve a inflação anual na meta de 4,5%. Desde então, ela vem se aproximando do teto, passo a passo.

No ano passado, a taxa de inflação fechou em 6,41%, portanto abaixo do teto da meta de 6,5%. Neste ano, entretanto, a expectativa do mercado é de que a inflação supere o teto, podendo chegar a 8,5%, dois pontos acima do limite máximo da meta e quatro pontos acima do centro da meta, segundo a estimativa do economista Alexandre Schwartzman.

Entre as assessorias econômicas dos bancos, o clima também é de pessimismo. O Bradesco aumentou de 7,5% para 8%. Já o Itaú estima que o IPCA vai subir 8%, acima da previsão anterior, de 7,4%.

Nesse cenário de piora das expectativas inflacionárias, o BC pode ser obrigado a promover um aperto monetário mais duro para manter a inflação no

Evolução da taxa básica de juros - Selic
EM % AO ANO



Infográfico atualizado em 4/3/2015 Fonte: Banco Central do Brasil

Cenário pode obrigar o BC a promover um aperto monetário mais duro para manter a inflação dentro do teto da meta. Uma escalada mais forte de juros, entretanto, deve prejudicar ainda mais a atividade econômica

dentro do teto da meta. Uma escalada mais forte de juros deve prejudicar ainda mais a atividade econômica.

“Nós estimamos mais duas altas nos juros de 50 pontos base, mas isso não garantirá que a inflação alcance 4,5% (centro da meta) nem em 2016 nem em 2017”, afirmou ao Estado de S. Paulo Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse.

Com a desvalorização do real, Teixeira não descarta que a infla-

ção fique próxima de 9% em 2015.

Por ora, é difícil prever qual o tamanho desse ciclo de desvalorização do real, mas o que se sabe é que o novo patamar do câmbio veio para ficar. Há um movimento internacional de expectativa pelo aumento dos juros nos Estados Unidos que tem provocado a desvalorização de várias moedas em relação ao dólar. Quando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) elevar a taxa de juros, essa tendência deverá ser reforçada.

Edson Vismona, presidente executivo da FNCP, defende rigor na fiscalização



Entidades se unem ao **Movimento de Combate ao Contrabando**

Prejuízos causados pelo mercado ilegal giram em torno de R\$ 100 bilhões

Todos os anos, o Brasil deixa de recolher bilhões de reais em impostos em função da entrada ilegal de produtos no país. Em função disso, no último 3 de março, comemorou-se o primeiro Dia Nacional de Combate ao Contrabando, iniciativa capitaneada pelo Instituto de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). O evento, realizado em Brasília, marcou o lançamento da coalizão de entidades que defendem o Mercado Legal Brasileiro.

Participaram do encontro mais de 70 representantes de setores diretamente impactados por este crime, inclusive da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), representada por seu assessor jurídico, Aldovrando Teles. Os presentes tiveram a oportunidade de ter um panorama aprofundado sobre os impactos do contrabando na economia e na sociedade.

“O contrabando é cruel em vários sentidos, porque os produtos que entram ilegalmente no país não têm

certificação técnica ou sanitária, sonegam impostos, promovem concorrência desleal e subtraem empregos. Sem falar na insegurança e na nossa soberania. Claro que é ruim para todos”, afirma o presidente da CACB, José Paulo Dornelles Cairoli.

O FNCP estima que os prejuízos girem em torno de R\$ 100 bilhões com o contrabando, considerando a soma de perdas setoriais e a sonegação. Para se ter ideia da dimensão do dano, esse valor seria suficiente para construir 1,4 milhão de casas populares, 105 mil km de rodovias, 77 mil leitos hospitalares e 19 mil creches.

“É como se perdêssemos uma Petrobras por ano porque são vários dutos e, por serem pequenos e em diversos lugares do território brasileiro, ficam praticamente invisíveis das autoridades de fiscalização, ao contrário da Petrobras que o prejuízo foi focado em único ponto”, disse o deputado Efraim Filho, que encabeça a Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando, lançada em 3 de março.

Segundo Efraim, está sendo formulado um projeto de lei para aumentar a proteção à indústria e à produção nacionais. O PL será protocolado “com foco na prevenção, com campanhas de advertência, fiscalização, para que os comerciantes estejam aptos a perceber esse novo momento”, afirmou.

SOLUÇÕES E MEDIDAS

Em fevereiro, o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro enviou uma carta para os principais ministros e outras autoridades ligados ao tema, com o objetivo de solicitar reuniões para a apresentação de uma lista com três medidas que po-



dem ser debatidas no curto e médio prazos, e que são fundamentais para o combate ao contrabando.

Entre as medidas, controlar as fronteiras e criar uma agenda empresarial entre Brasil e Paraguai. “A intenção é combater o contrabando por meio de uma rigorosa fiscalização que evite o ingresso de produtos que não pagam impostos, não geram empregos e aumentam a criminalidade no país. Além disso, temos a intenção de criar uma agenda positiva junto ao Paraguai, para que o país vizinho possa se desenvolver de forma sustentável”, explicou Edson Vismona, presidente executivo da FNCP.

Outra medida proposta é a promoção de ajustes tributários para que produtos legalizados possam ser mais competitivos, reduzindo, desta forma, a atratividade financeira de mercadorias contrabandeadas. “Esta é uma medida importante para fomentar a competitividade justa e fazer o ambiente de negócios mais saudável também para micro e pequenos empresários, afinal é um setor que perde quando compete com quem não paga imposto”, esclareceu Aldovrando.

Prejuízos causados pelo mercado ilegal geram perdas estimadas em R\$ 100 bilhões por ano

A intenção é combater o contrabando por meio de uma rigorosa fiscalização que evite o ingresso de produtos que não pagam impostos, não geram empregos e aumentam a criminalidade no país



Eduardo Vieira, coordenador da CBMAE, ministra palestra "Resolução Alternativa de Disputas" para alunos da Faculdade Processus

Processus e CACB firmam parceria no âmbito da arbitragem

Por meio de convênio, alunos da faculdade poderão participar de cursos e atividades desenvolvidos pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e a Faculdade Processus selaram parceria que prevê cooperação as entidades. Por meio do convênio, alunos da faculdade poderão participar de cursos e atividades desenvolvidas pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), o que os tornará capacitados para colocar em prática os princípios da Negociação, Mediação

e Arbitragem. O convênio é uma das atividades relacionadas ao Programa de Resolução Alternativa de Disputas da Faculdade Processus, coordenado pelo professor Paulo Gustavo Caldas. O programa está dividido em três eixos: formação, pesquisa e extensão.

Para o professor, o convênio é benéfico não apenas para os estudantes como para ambas as entidades. "Além de servir como instrumento catalisador entre profissionais e acadêmicos, também propicia oportuni-

dades para ações conjuntas. A aproximação das institucionais possibilita a realização de workshops, palestras e cursos, destinados tanto ao ambiente empresarial como aos alunos e membros da comunidade em geral", ressalta. "Outro aspecto relevante é que o convênio é uma iniciativa que também se adapta ao Projeto Pacificar, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Reforma do Judiciário, que busca estimular a divulgação de novos mecanismos de resolução de



CACB e Faculdade Processus selam parceria

conflitos, alternativos ao processo judicial”, acrescenta.

O Projeto Pacificar é uma ação que tem como objetivo principal implantar, fortalecer e divulgar a mediação e outros meios alternativos de solução de conflitos no âmbito das Faculdades de Direito. O intuito é ampliar o acesso à Justiça, além de torná-la mais eficaz, por meio do fortalecimento de projetos nas áreas de ensino que contribuam para difundir a cultura de resolução de conflitos.

PALESTRA SOBRE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS

Com o objetivo de marcar o início da parceria entre a Faculdade Processus e a CACB, o coordenador da CBMAE, Eduardo Vieira, ministrou palestra para professores e alunos do Campus I (no bairro Asa sul) da Faculdade Processus. A temática do encontro foi “Resolução Alternativa de Disputas”.

Em um auditório lotado de estudantes atentos, o coordenador falou sobre os trabalhos da CBMAE e da CACB, bem como apresentou um panorama geral da mediação e arbitragem no Brasil. O palestrante destacou números e estatísticas sobre o

processo judicial e ressaltou que está havendo uma mudança de cultura no país no que diz respeito à busca por vias alternativas de acesso à Justiça, o que contribui para a celeridade processual. Segundo o último relatório “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 95 milhões de processos estão em trâmite na justiça brasileira.

De acordo com o coordenador, o assunto tem sido debatido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de forma que, em pouco tempo, questões de mediação e arbitragem deverão estar presentes no exame da ordem. Vieira acrescentou ainda que está tramitando no Ministério da Educação (MEC) a revisão do ensino judicial no Brasil, o que significa que, em um futuro próximo, disciplinas de mediação e arbitragem podem ser temas obrigatórios.

O palestrante apontou ainda alguns instrumentos importantes na consolidação de uma política pública de acesso à Justiça no Brasil, tais como Resolução 125/10 do CNJ, Novo Código do Processo Civil (CPC), Alterações da Lei de Arbitragem e Marco Legal da Mediação.

Saiba mais sobre o papel das entidades dentro da parceria:

CACB

- Facilitar o acesso dos alunos da Processus aos cursos de negociação e mediação ministrados pela CBMAE;
- Viabilizar a participação dos alunos no curso de Mediação e Arbitragem da CBMAE;
- Na medida do possível, possibilitar que alunos participem de audiências de conciliação como observadores;
- Oferecer condições diferenciadas aos alunos em eventos cuja natureza se relacione com Negociação, Mediação e Arbitragem.

FACULDADE PROCESSUS:

- Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela CACB em relação à execução do convênio;
- Divulgar o convênio nos meios de comunicação disponíveis;
- Disponibilizar, quando necessário, espaço físico para o desenvolvimento das ações do convênio.



Durante o evento foram apresentados dados relativos à venda de certificados realizada por ACEs em anos anteriores

Atuação em rede garante sustentabilidade de ACEs

Encontro do Progerecs coloca geração de receita, tecnologia e capilaridade em debate

Um mapeamento realizado pela Certisign em mais de 6 mil municípios do Brasil detectou que ainda são muitos os locais que não possuem postos de atendimento de Certificação Digital, o que aumenta a possibilidade de atuação de ACEs (Associações Comerciais e Empresariais) situadas próximas a lugares não contemplados. De acordo com o diretor comercial da empresa, Paulo Ijima, durante o III Encontro Progerecs Rio 2015, é importante pensar em alternativas para a geração de

receita nas entidades que vendem o certificado. Durante o evento, foi ressaltada também a importância de expandir o número de postos, para que sejam criados “braços” dentro dos estados, e cidades menores ou próximas à capitais possam ser atendidas. Quanto maior a capilaridade, maior o número de rendimento.

O coordenador do Progerecs, Luiz Antônio Bortolin, acrescentou que as ACEs serão diretamente beneficiadas pelas vendas que concretizarem. “O que a gente desenhou é que, a partir desse evento, nós faremos de todo o

nosso sistema ponto de venda. ACEs que têm ou não têm ponto de atendimento farão a venda do Certificado Digital e serão renumeradas em 5% sobre tudo que venderem”, declarou.

A InResult, empresa que atua no mercado baiano como Autoridade de Registro inserida na hierarquia Certisign desde 2009, apresentou sua experiência na emissão de Certificados Digitais aos participantes para demonstrar, na prática, os benefícios da atuação em rede. Atualmente a InResult é responsável pela emissão de Certificados Digitais em

18 cidades de toda a Bahia e conta com 23 agentes e 21 postos de atendimento espalhados pelo estado. As ACEs funcionam como postos e são importantes peças que contribuem para a eficácia da In-Result, que consegue se inserir em diversas cidades e municípios por conta da capilaridade da rede. Além da venda de certificados, a empresa garantiu que disponibilizar serviços e produtos potencializa a geração de receita para as associações.

Para a Facmat (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso), o processo de capacitar os executivos ligados às associações do estado, com o intuito de estender a área de abrangência das cidades no que diz respeito à emissão de Certificados Digitais e outros serviços, foi essencial para que uma rede de atendimento relacionada à Certificação Digital pudesse começar a ser criada no Mato Grosso. A Facmat já tem sete pontos de atendimento em funcionamento no estado e está instalando mais cinco. De 2013 para 2014, a federação afirma que os atendimentos subiram mais de 100%.

A Certisign é uma Autoridade Certificadora líder na América Latina, especialista em segurança para lojas virtuais e desenvolvedora de soluções corporativas integradas à Certificação Digital. A empresa é responsável pela tecnologia e administração dos certificados emitidos por toda a rede CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil).

Durante o evento, membros da empresa atualizaram os participantes com dados relativos à venda de



Participantes do
III Encontro do
Progerecs reunidos

certificados realizada por ACEs em anos anteriores, previsão atual de crescimento, bem como apresentou novos produtos e serviços que em breve estarão disponíveis, como o Ponto Móvel e o Certibio. O Ponto Móvel é um aplicativo online que permite o controle da jornada de trabalho de um funcionário de onde o empregador quiser e como quiser. Já o Certibio é uma Unidade de Negócios da Certisign dedicada a soluções de Identidade Digital e Autenticação utilizando biometria.

III ENCONTRO PROGERECS

Para Bortolin, duas novidades importantes puderam ser divididas durante o encontro: a homologação da CACB como AC (Autoridade Certificadora) e a formalização da parceria com a Fenacon no âmbito da Certificação Digital. “Qual é a nossa riqueza? A capilaridade. Nós temos a maior do país, indiscutivelmente. E a Fenacon tem, no país inteiro, os usuários e indutores do uso da Certificação Digital”, disse.

Durante o encontro foi celebrada a homologação da CACB como AC (Autoridade Certificadora) e a formalização da parceria com a Fenacon no âmbito da Certificação Digital



No Brasil, empreendedor atua sem obrigatoriedade de seguro de vida

Entre as grandes empresas, 96% oferecem o benefício de uma apólice de seguro aos seus empregados; entre as pequenas e micro empresas a prática é menos usual

Acidentes, morte e eventuais imobilidades físicas preocupam empreendedores em todo o país e movimentam bilhões de reais todos os anos nas corretoras de seguros. Os números de seguro de vida coletivo chegaram, em 2013 e 2014, à casa de mais de R\$ 8,6 bilhões anuais, conforme indicadores da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi). O montante inclui

grandes empresas, mas também tem a participação de micro e pequenos empresários e microempreendedores individuais (MEIs). Os MEIs não contam com este amparo na Lei Complementar 123, de 2006, que institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte.

O seguro de vida em grupo, conjugado ou não com o seguro de acidentes pessoais coletivos, é um contrato que a empresa faz com uma segura-

dora com o objetivo de garantir proteção financeira para empregados, sócios e executivos. Os benefícios podem ser estendidos a cônjuges e filhos. Quando acontece a falta da pessoa que era a provedora do sustento da família de forma inesperada, por acidente ou por doença, geralmente o padrão de vida dos que ficaram tende a cair.

Para os microempreendedores individuais a situação pode ficar ainda mais complicada, uma vez que o retorno financeiro é menor que o de empresas de pequeno porte, por exemplo. E como o MEI não cobre férias, abonos, 13º salário e outros benefícios atrelados ao emprego, especialistas em seguros apontam que o recomendado é fazer uma poupança mensal, que pode garantir uma renda para os períodos de baixa e momentos de desocupação.

Por não haver cobertura prevista na LC 123/2006, desde 2011 tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.007, que determina a obrigatoriedade de todas as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) contratarem seguro de vida, com cobertura de morte por qualquer causa para seus empregados. O PL aponta ainda que a apólice do seguro de vida garantirá um capital segurado não inferior a 50 salários mínimos. No entanto, a nova legislação não foi muito bem recebida pela comissão de Seguridade Social e Família, que a rejeitou, e em 31 de janeiro deste ano a pauta foi arquivada.

De olho nos micro e pequenos empreendimentos

O segmento de seguros de pessoas movimentou R\$ 2,3 bilhões em prêmios somente em novembro de 2014, segundo dados da FenaPrevi, que representa 71 seguradoras e entidades abertas de previdência complementar no Brasil. O setor inclui não só seguros de vida, mas também de acidentes pessoais e outras modalidades.

A indenização para o seguro de vida, que é uma rede de proteção, pelo menos para os primeiros anos, permite que os familiares se reestruturem financeiramente. Desta forma, uma das vantagens é a liberação da indenização aos beneficiários independentemente do inventário e ainda é livre de impostos. E como o Código Civil não considera esse seguro como herança, a indenização não pode ser usada para saldar eventuais dívidas contraídas pelo segurado.

Para o diretor geral de Seguro de Pessoas do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, Bento Zanzine, há um grande potencial de crescimento para este segmento no mercado. Segundo ele, entre as grandes empresas, 96% oferecem o benefício de uma apólice de seguro aos seus empregados. “No entanto, entre as pequenas e micro empresas a prática é muito menos usual”, informa, e garante que o Grupo investe nesses novos possíveis clientes oferecendo várias modalidades de seguro.

Já a orientação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Em-

Foto: Charles Damasceno/ASN



Adalberto Luiz, do Sebrae: “O seguro não deve ser visto como um gasto, mas como garantia de continuidade do empreendimento em caso de danos”

presas (Sebrae) é de que o empreendedor compreenda a necessidade de contratar o seguro para o seu negócio, da mesma forma como ele tem de pagar conta de água, luz, internet.

Conforme explica o analista da Unidade de Acesso a Mercados e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional, Adalberto de Souza Luiz, o seguro não deve ser visto como um gasto, mas como um investimento para garantir a continuidade do empreendimento em caso de danos. “O Sebrae tem buscado orientar os pequenos negócios para, inicialmente, analisar os riscos a que eles estão sujeitos. A mesma lógica deve ser usada para a contratação de seguros pessoais, seja de vida ou de saúde”, reforça.

Sebrae investirá R\$ 5 bilhões em 2015



O presidente do Sebrae, Luiz Barretto Filho, falou com Empresa Brasil sobre as prioridades de seu segundo mandato e as principais metas da entidade

Quais as prioridades para o segundo mandato à frente do Sebrae?

Um dos nossos temas prioritários será a Educação Empreendedora, com programas que alcançam desde crianças a empresários que já estão atuando no mercado. Nós já demos um grande passo ao tornar a Educação Empreendedora um programa nacional do Sebrae e acabamos de inaugurar o Centro Sebrae de Educação Empreendedora, em Belo Horizonte. Também vamos dar prosseguimento a um esforço iniciado em 2014, para conhecer melhor

o nosso cliente. Investiremos ainda mais na segmentação do nosso atendimento. Por meio de pesquisas vamos desenvolver produtos cada vez mais customizados.

Quanto à questão da transição de faixas de faturamento?

Sob o aspecto do ambiente legal, nosso próximo desafio é planejar um regime de transição para estimular o crescimento dos empreendedores. Atualmente, as pequenas empresas têm medo de crescer porque, quando mudam de faixa, mudam de imposto sobre todo o faturamento.

Estamos fazendo estudos para propiciar uma transição mais suave, sem ônus para quem está prosperando no próprio negócio. Também estamos sugerindo mudanças no teto de faturamento. A proposta já foi apresentada aos deputados da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e esperamos que ela seja votada em plenário neste ano.

Quais os efeitos esperados com as recentes mudanças do Simples?

O ambiente legal para os pequenos negócios tem melhorado e as

alterações feitas na legislação estão promovendo um número cada vez maior de formalizações, o que permite a evolução da renda e a geração de mais empregos. A universalização do Supersimples já possibilitou um grande incremento no número de empresas no Brasil. De acordo com dados da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, mais de meio milhão de pequenos negócios pediram adesão ao Supersimples em janeiro, isso representa um crescimento de 125% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quais as perspectivas de aprovação do novo modelo do Supersimples?

Os deputados da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa se comprometeram a apresentar um projeto de lei com as nossas sugestões. A ideia é que o projeto seja aprovado ainda neste ano e que as novas regras comecem a valer a partir de 2016. Entre as propostas de alteração estão: a criação de tetos de transição de R\$ 7,2 milhões e de R\$ 14,4 milhões; a implementação de uma faixa de transição para os microempreendedores individuais (MEI), entre R\$ 60 mil e R\$ 120 mil; a diminuição de faixas de tributação de 20 para sete e a redução do número de tabelas, passando de seis para quatro, sendo uma para o Comércio, uma para a Indústria e duas para o setor de Serviços.

Qual o balanço do Sebrae sobre a aplicação efetiva da Lei Geral das MPEs nas compras feitas pelos órgãos públicos?

A presença dos pequenos negócios nas compras públicas vem aumentando ano a ano. Em 2013, houve um crescimento de 33% da participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas efetuadas pelo Governo Federal, em relação a 2012. Dos R\$ 68,4 bilhões gastos em aquisição de bens e serviços pelo Governo Federal naquele ano, R\$ 20,5 bilhões correspondiam às compras feitas junto a pequenos negócios, o que significou 30% do total das despesas. Em 2006, quando a Lei Geral entrou em vigor, as micro e pequenas empresas tiveram um volume de vendas para o governo de R\$ 2,1 bilhões. Esses dados mostram que, em menos de 10 anos, houve um incremento de 876% na participação dos pequenos empreendimentos.

O que mudou nesses últimos anos em relação à mortalidade das microempresas no Brasil?

De acordo com o estudo de Sobrevivência do Sebrae, de cada cem empresas criadas no Brasil, 76 sobrevivem aos dois primeiros anos de vida. Há uma década, metade das micro e pequenas empresas fechava as portas antes de completar dois anos de atividade. Essa taxa, em crescimento nos últimos anos, mostra uma melhor capacidade das micro e pequenas empresas para superar dificuldades nos primeiros anos do negócio. Sempre haverá um percentual de mortalidade, porque empreender envolve riscos. Mas qualquer taxa de sobrevivência acima de 70% já pode ser considerada muito positiva.

Principais programas e distribuição do orçamento para 2015

- ALI (Agentes Locais de Inovação): R\$ 135,5 milhões
- Sebraetec: R\$ 254,9 milhões
- Educação Empreendedora: R\$ 19,6 milhões
- Encadeamento Produtivo: R\$ 13,1 milhões
- Negócio a Negócio: R\$ 170,7 milhões
- Sebrae Mais: R\$ 32 milhões
- **Total do orçamento 2015: R\$ 5 bilhões**

Prioridades 2015

- Conhecer melhor os clientes para segmentar ainda mais o atendimento.
- Avançar no atendimento ao MEI para reduzir a inadimplência e aumentar a sobrevivência por meio da melhoria na gestão.
- Aumentar o uso da inovação e da tecnologia entre os pequenos negócios

Reforma política ainda longe do consenso

Parlamentares começam a admitir que, diante do risco de um novo fracasso, não restaria alternativa a não ser a convocação de uma Constituinte exclusiva

Uma Constituinte exclusiva formada por parlamentares eleitos com a incumbência única de elaborar um texto constitucional e que uma vez alcançado o seu objetivo é declarada dissolvida, com a extinção dos mandatos dos seus componentes, já está sendo considerado o melhor caminho para realizar a reforma política.

A tese é defendida pelo deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI), relator da Comissão da Reforma Política da Câmara, ao admitir que as divergências com o presidente da mesma comissão, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), representam reais dificuldades para se chegar a um consenso. Dos 12 temas que serão tratados no colegiado, o presidente e o relator divergem em sete. Marcelo Castro é o relator da comissão que tem 34 titulares e 34 suplentes, cada um com a sua própria ideia de reforma política. O parlamentar já antevê o fracasso – e a saída. “Vamos tentar mais essa vez. Se não for aprovada, temos de nos render. Aí vou defender a Constituinte exclusiva. Não tem outra saída.”

Para Castro, a reforma política é travada no Brasil pela mesma razão apontada por quem já estudou iniciativas frustradas em outros países. Os políticos têm pouco interesse em mudar as

regras do jogo no qual são vitoriosos. Por isso, a eleição de constituintes, com mandatos específicos para realizar a reforma, seria o melhor caminho no caso de a comissão naufragar.

CUNHA QUER VOTAR PROPOSTA EM MAIO

Preocupado com mais um fracasso da reforma política, o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse que vai votar a proposta de reforma política em maio, com ou sem o relatório da comissão especial que discute o tema. Cunha disse que faltam menos de quarenta sessões para esgotar o prazo de discussão. Se até lá não houver relatório, irá avocar para o plenário a proposta e colocar em votação.

Mas Castro está confiante de que irá conseguir terminar o relatório até o final de abril, ainda que reconheça que os interesses em plenário são variados e conflitantes. Até agora, o único ponto de consenso seria a coincidência de data de realização das eleições majoritárias e proporcionais em todos os níveis. Para o relator, a concentração das eleições em um mesmo ano irá representar economia de custos e permitir que as ações de planejamento e administração nos municípios e estados não sejam interrompidas e conta-



minadas pelas campanhas eleitorais.

O relator defendeu que uma verdadeira reforma tem que tocar na principal deformação do sistema eleitoral brasileiro, que considera um dos piores do mundo: o custo das campanhas eleitorais.

Segundo Cunha, os principais temas a serem discutidos são o sistema de eleição, o financiamento de campanhas, a reeleição, a coincidência ou não de mandatos, entre outros. Para



O deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, acredita que as alterações já estejam válidas para 2016, ano de eleições municipais no Brasil

a semana exclusiva de votação, está previsto votar questões envolvendo a legislação eleitoral. “De lá sairão algumas alterações, certamente, na legislação eleitoral e na Constituição Federal, que tratam sobre o tema reforma política”, afirmou. Cunha acrescentou que espera que as alterações já estejam válidas para 2016, ano de eleições municipais no Brasil. O objetivo que a votação seja realizada a tempo de o

Senado apreciar a proposta e enviá-la à sanção até setembro, para que as novas regras já estejam realmente valendo nessas próximas eleições.

Dos temas em debate, os deputados Rodrigo Maia e Marcelo Castro convergem em cinco: fim da reeleição; duração de cinco anos para o mandato do presidente da República; fim da suplência do senador; cláusula de desempenho para os partidos e fim das coligações em eleições proporcionais.

No caso do sistema eleitoral, Maia defende o distritão, enquanto Castro é a favor da lista fechada. Sobre o modelo de financiamento de campanha, Maia é a favor da proibição a prestadores de serviço e quem recebe incentivo fiscal. Castro defende a proibição a qualquer empresa jurídica.

O primeiro é a favor do voto facultativo, e o segundo contra. Maia também é contra as federações partidárias e defende um ano como prazo mínimo de filiação para disputar as eleições, enquanto Castro defende seis meses. A federação funciona como uma forma de agremiação partidária, formada até quatro meses antes das eleições. Durante três anos, os partidos federados deixarão de atuar como partidos isolados e passarão a agir como se fossem um único partido. Hoje um partido pode se coligar com outro para uma eleição e desfazer a união logo em seguida. As coligações nas eleições majoritárias (prefeito, governador, senador e presidente) continuarão a valer.

Por último, o presidente e o relator da Comissão também divergem quanto à janela para livre filiação. Maia é contra e Castro defende um mês antes do prazo de filiação.

Sistema eleitoral e financiamento de campanha são pontos polêmicos

A principal divergência da reforma política é sobre qual sistema eleitoral adotar. Alguns defenderam um sistema eleitoral misto, como ocorre na Alemanha, em que metade dos deputados é eleita pelo sistema proporcional (que é o atual no Brasil) e a outra metade pelo sistema majoritário em distritos eleitorais. Outros defenderam o chamado “distritão”, modelo de eleição majoritária pelo qual se transforma cada estado brasileiro em um distrito para as eleições de deputado federal e estadual, sendo eleitos os nomes mais votados. No caso do financiamento de campanha, o vice-presidente da República, Michel Temer, defende a manutenção do financiamento privado de campanha, em uma provável reforma política.

Segundo ele, muitos parlamentares pregam o financiamento público, mas, quando os jornais publicarem que serão necessários, por exemplo, R\$ 120 bilhões para a campanha, virá estampado também quantas escolas e hospitais seria possível fazer com o dinheiro.

Anotações para uma agenda de crescimento

Os keynesianos argumentam quanto à importância do uso dos gastos governamentais para estimular a demanda e estabilizar a economia. Economistas inspirados pelo trabalho de Joseph Schumpeter foram além, pedindo ao governo que gastasse também naquelas áreas específicas que aumentam a capacidade de inovação de um país. O apoio à inovação pode tomar a forma de investimento em P&D, infraestrutura, capacitação profissional e apoio direto e indireto a empresas e tecnologias específicas.

Embora as políticas de redistribuição progressiva sejam fundamentais para garantir os resultados do crescimento, elas em si não geram crescimento. A desigualdade pode prejudicar o crescimento, mas a igualdade por si só não pode estimulá-lo. O que falta a boa parte da esquerda keynesiana é uma agenda de crescimento que crie e simultaneamente redistribua as riquezas. A combinação das lições de Keynes e Schumpeter pode fazer com que algum assim aconteça.

Eis aí o alicerce do pensamento da economista italiana Mariana Mazzucato em *O Estado empreendedor*, em que defende o papel do Estado, como ente fundamental e estratégico no desenvolvimento de grandes avanços tecnológicos.

De acordo com a economista, a ênfase crescente sobre a relação entre mudança técnica e crescimento indiretamente levou os formuladores de políticas governamentais a atentar para a importância dos investimentos em tec-

nologia e capital humano para impulsionar o crescimento. Isso resultou em políticas de crescimento puxado pela inovação para sustentar a economia do conhecimento.

Para comprovar a sua tese, a autora utiliza uma série de exemplos de empresas dos Estados Unidos que viabilizaram produtos inovadores graças às pesquisas financiadas pelo Estado. O case emblemático é justamente o iPhone da Apple que incorporou tecnologias desenvolvidas em centros de pesquisa do governo americano, como a tela *touchscreen* e o assistente virtual acionado por voz, Siri.

A autora examina outros casos semelhantes em áreas que vão da internet à nanotecnologia, os quais comprovam largamente a sua tese sobre o papel do Estado na inovação, considerada um dos eixos da competição e do crescimento econômico.

Professora de política científica e tecnológica na Universidade de Sussex, no Reino Unido, ela afirma que os governos sempre foram os maiores responsáveis por iniciar grandes revoluções tecnológicas – nas telecomunicações, na microeletrônica, na biotecnologia. E que só depois de vislumbrar a oportunidade criada as empresas se mexem, inovam e criam mais e melhores empregos.

Mazzucato considera que o papel do Estado não se limita à criação de conhecimento por meio de universidades e laboratórios nacionais, mas envolve também a mobilização de recursos que permitam a difusão do conhecimento e da inovação em todos os setores da economia.

Mazzucato defende o papel do Estado, como ente fundamental e estratégico no desenvolvimento de grandes avanços tecnológicos



O ESTADO EMPREENDEDOR
Autor: Mariana Mazzucato
Gênero: Administração/Economia
Páginas: 320
Formato: 16 x 23 cm
Editora: Portfolio-Penguin
Preço: R\$ 44,90

A importância dos contratos para as PMEs

Luaci A. Bellon*

Estabelecer garantias, direitos e deveres entre as partes está na essência de um contrato. É o aperto de mãos devidamente formalizado, a celebração, o “preto no branco”, o papel assinado. Acontece que, na rotina principalmente das pequenas e médias empresas, o contrato que não recebe a devida atenção em sua elaboração pode, no fim do dia, ser a peça determinante que coloca em risco até a saúde da empresa. Por outro lado, os bons contratos garantem uma caminhada tranquila para quem mantém suas obrigações em dia, permitindo até a reversão jurídica de impasses.

Entre inúmeros fatores, a negligência aparece como o fio condutor da maioria dos problemas contratuais. Na expectativa de aprimorar a performance ou acelerar resultados, as empresas formalizam vínculos com prestadores de serviços, parceiros e fornecedores sem a devida atenção. É quando o desejo de satisfação justifica uma cegueira momentânea, sem a previsibilidade de imbróglis futuros. Quando eles aparecem, o contrato não é capaz de dar respostas satisfatórias para garantir o acordado ou apresentar soluções satisfatórias para as partes, requerendo grande esforço jurídico, que exige tempo e muito dinheiro, para que se chegue a um desfecho.

Um contrato com brechas pode até ser comparado a um acordo informal. Quando um empresário abre



mão de um contrato com as pessoas com quem ele faz negócios, apostando somente na confiança como a base da relação, ele terá muitas dificuldades para cobrar a outra parte em caso de desacordo. Desta forma, terá que ser feito o levantamento de provas que justifiquem a validade e os termos do acordo, a maneira como ele transcorreu e os valores devidos. Num processo que pode levar anos e sem garantia alguma de sucesso. No caso dos contratos que só consideram uma mínima obrigação de cada parte, sem os devidos pormenores firmados em detalhes, assim como as devidas multas e cláusulas penais, o valor deste vínculo é tão ilusório quanto um aperto de mão. Na verdade, uma relativa segurança jurídica para as partes acharem que tudo ficará bem.

Felizmente, cada vez mais as PMEs têm demonstrado maturidade e atenção para essa questão. Em muitas startups, o plano de negócios já deve contemplar os cenários mais severos,

incluindo perdas e danos de rupturas contratuais. Outras buscam assessoria jurídica ainda no estágio inicial, demonstrando maturidade no entendimento jurídico. Quando bem feito, um contrato garante ao empresário a possibilidade de ingressar na Justiça para executar com segurança aquilo que foi combinado, sem a necessidade de buscar provas terceiras e novos acordos. É um ganho de tempo e de dinheiro, com maiores chances de sucesso ao final do processo.

Exemplo cotidiano e recorrente pode ser o de uma empresa com a qual o cliente ameaça romper o contrato em fase de conclusão de uma grande encomenda. Com as devidas salvaguardas previstas em contrato, neste caso, caberia ao jurídico da empresa convencer o cliente de que mais vale seguir o projeto até o fim do que abandoná-lo no meio do caminho. Cláusulas de rescisão contratual devidamente claras e multas são, no caso, dispositivos importantes para assegurar a relação entre as partes.

Cada vez mais imprescindível na atividade das pequenas e médias empresas, cabe à assessoria jurídica transformar uma potencial fonte de problemas em solução. Qual a dica? Estabeleça contratos claros e com cláusulas que possam prever a maior quantidade possível de situações.

**Luaci Absher Bellon é sócio-fundador da SBAC, empresa especializada em atendimento jurídico personalizado para pequenas e médias empresas*

Portal do Sebrae. Direto ao ponto.





O portal do Sebrae facilita a vida de quem já tem ou pretende ter um pequeno negócio. Busca inteligente, cursos *online*, soluções personalizadas para cada tipo de negócio. **Acesse o portal do Sebrae, cadastre-se e vá direto ao ponto.**

www.sebrae.com.br



Finanças



Leis e Normas



Inovação



SEBRAE



COMO INOVAR?



FORNECEDORES?



CONCORRÊNCIA?



CALMA



ACESSE O PORTAL
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DO SEBRAE.



E O MELHOR DE TUDO: É GRÁTIS.

O portal de educação a distância do Sebrae inovou.
Agora com cursos durante o ano inteiro, vagas ilimitadas e início imediato. E ainda oferece tutores para esclarecer suas dúvidas.
Tudo prático, interativo e o melhor: gratuito.
Clique, aprenda e empreenda.

